

**EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA N.º 088/2026
PROCESSO N.º 55926/2025-82**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: TIPO MENOR PREÇO GLOBAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA: Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de manutenção corretiva nos sistemas de iluminação das escadas do prédio, abrangendo a substituição de lâmpadas, luminárias e sensores de presença, bem como a verificação e correção de falhas elétricas relacionadas, contemplando o fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos e materiais necessários à plena execução dos serviços.

Recebimento das propostas até:

Data limite: 22/04/2026

Horário: 10:25 horas

Início da disputa de preços:

22/04/2026 às 10:30 horas

Valor total estimado da Contratação:

Lote 01 - R\$ 16.224,34

Critério de julgamento:

Menor preço global

Modo de disputa:

Aberto

Preferência ME/EPP/EQUIPARADAS:

Sim

Formalização de consultas:

E-mail: administrativo@fpts.org.br

Referência de tempo:

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

ÍNDICE

1. EDITAL:

ITEM ASSUNTO

- 1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**
- 2. OBJETO**
- 3. PARTICIPAÇÃO**
- 4. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DATA DA SESSÃO PÚBLICA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO.**
- 5. REFERÊNCIA DE TEMPO**
- 6. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO**
- 7. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 8. FORMALIZAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**
- 9. CONDIÇÕES DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**
- 10. DISPOSIÇÕES FINAIS**
- 11. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

ANEXOS AO EDITAL:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Relação dos Documentos de Habilitação;
- Anexo III – Modelo de Proposta Comercial;
- Anexo IV – Minuta do Contrato;
- Anexo V – Atestado de vistoria.

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 088/2026

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1. A FUNDAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO DE SANTOS, por meio da utilização de recursos da tecnologia da informação - INTERNET, torna público que, de acordo com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o Decreto Municipal n.º 10.222, de 20 de outubro de 2023 e os termos deste Edital, realizará processo de Dispensa Eletrônica na forma abaixo:

1.1. A DISPENSA ELETRÔNICA será realizada em sessão pública, através da utilização de recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances dos licitantes com plena visibilidade para o Pregoeiro e total transparência dos resultados para a sociedade. O sistema encontra-se inserido diretamente na INTERNET, onde o acesso às informações é protegido por **HTTPS (Hyper Text Transfer Protocol Secure)**.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a plataforma “**LICITANET**” constante da página eletrônica <https://www.licitanet.com.br>.

1.3. Para fins de participação na dispensa de licitação, ficam adotadas as seguintes definições:

a) cota de ampla participação: destinada à participação de todo e qualquer interessado que atenda à todas as exigências contidas neste edital e seus anexos, com valor total acima de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

b) cota exclusiva para Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), ou Cooperativa de Consumo (COOP): destinada exclusivamente à Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), ou Cooperativa de Consumo (COOP), nos termos do inciso I do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006, com valor total até R\$ 80.000,00;

c) cota reservada para Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), ou Cooperativa de Consumo (COOP): destinada a reserva de 25% (vinte e cinco por cento) da cota de ampla participação, à Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), ou Cooperativa de Consumo (COOP), nos termos do inciso III do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006.

2. OBJETO

2.1. A descrição detalhada do objeto da presente Dispensa de Licitação consta do Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

3. PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta Dispensa Eletrônica os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

3.2. Para fins do disposto no artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006, fica determinada a participação exclusiva (inciso I) limitada às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), bem como às Cooperativas de Consumo (COOP), equiparadas nos termos do artigo 34 da Lei Federal nº 11.488/2007.

3.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da dispensa de licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a FPTS cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto n.º 8.538/2015.

3.3. Não poderão participar nesta dispensa de licitação:

3.3.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.3.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a dispensa de licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.3.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a dispensa de licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.3.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da dispensa de licitação, impossibilitada de participar da dispensa de licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.3.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.3.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

3.3.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.3.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa de licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

3.5. O impedimento de que trata o item 3.3.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.6. A critério da FPTS e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.3.2 e 3.3.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da dispensa de licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.8. O disposto nos itens 3.3.2 e 3.3.3. não impede a dispensa de licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da lei Federal 14.133/2021

3.10. A vedação de que trata o item 3.4 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DATA DA SESSÃO PÚBLICA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

4.1. O interessado em participar da Dispensa de Licitação deverá observar a data e o horário da sessão pública, conforme previsto na folha de rosto, o que será o prazo limite para inserção da proposta.

5. REFERÊNCIA DE TEMPO

5.1. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o **horário de Brasília – DF** e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

5.2. A etapa de lances da sessão pública durará 01(uma) hora.

6. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

6.1. Para julgamento será adotado o critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**

6.2. O condutor solicitará ao fornecedor mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados na Plataforma Licitanet, constante da página eletrônica da <https://licitanet.com.br>

6.3. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados exclusivamente por meio do sistema da Plataforma Licitanet, constante da página eletrônica da <https://licitanet.com.br>, em formato digital, no prazo de 4 (quatro) horas prorrogável por igual período, contado da solicitação do condutor.

7. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

7.1 A Contratada ficará sujeita às seguintes multas:

- a) 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total;
- b) 30% (trinta por cento) do valor do item não entregue, por inexecução parcial, caracterizada quando a Contratada somente entregar parte do objeto;
- c) 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso na entrega dos produtos no prazo e condições fixadas neste Edital;
- d) 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de descumprimento de qualquer outra cláusula ou condição do Contrato, não mencionada nos incisos anteriores.

8. FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO

8.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, o objeto será adjudicado ao Participante vencedor e a Dispensa Eletrônica será homologada pela autoridade competente.

8.2. Em seguida, o adjudicatário será convocado para assinatura do Contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos contados da data do recebimento da convocação.

8.3. A recusa injustificada à assinatura do Contrato, quando efetivada a convocação dentro do prazo de sua proposta, sujeita o Participante vencedor à multa de 30% (por cento) do valor total do Contrato e, ainda, à penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Fundação Parque Tecnológico de Santos, pelo prazo de 12 (doze) meses.

8.3.1. Na sequência, o Pregoeiro poderá convocar outro Participante, respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos editalícios e habilitatórios e feita a negociação, declará-lo vencedor.

9. CONDIÇÕES CONTRATUAIS

9.1. Constan na Minuta anexa a este Edital (Anexo IV).

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

10.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

10.3. A homologação do resultado desta dispensa de licitação não implicará direito à contratação.

10.4. As normas disciplinadoras da dispensa de licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da FPTs, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

10.5. Os Participantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a FPTs não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado da Dispensa Eletrônica.

10.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na FPTs.

10.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do Participante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

10.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

10.9. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico Plataforma no endereço eletrônico “Plataforma Licitanet” constante da página eletrônica <https://www.licitanet.com.br>

10.10. Quaisquer esclarecimentos formais devem ser realizados através do campo próprio no sistema da Plataforma “Plataforma Licitanet” em até 1(um) dia antes da sessão até às 12:00 horas.

10.11. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, quando a disputa for por menor preço, que incidirá em relação ao que cobrir a melhor oferta é de 1 (um) real.

11. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1. As despesas decorrentes da presente aquisição correrão por conta da Dotação Orçamentária n.º 34.10.00.3.3.90.39.00.19.573.0104.4520

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 88/2026

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção corretiva nos sistemas de iluminação das escadas do prédio, abrangendo a substituição de cabos, lâmpadas, luminárias e sensores de presença, bem como a verificação e correção de falhas elétricas relacionadas, contemplando o fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais e todos os insumos necessários à plena execução dos serviços.

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

Prestação de serviços de manutenção corretiva nos sistemas de iluminação das escadas do prédio, abrangendo a substituição de lâmpadas, luminárias e sensores de presença, bem como a verificação e correção de falhas elétricas relacionadas, contemplando o fornecimento e instalação, incluindo todos os materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra necessários à plena execução dos serviços.

LOTE 1					
ITEM	Descrição - Materiais	Unid.	Qtde	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1.1	Cabo de cobre flexível 1,5 mm ² , isolamento PVC/A, antichama BWF-B, 450/750 V. Fornecimento e instalação	Metro	1000		
1.2	Luminária tipo plafon circular, de sobrepor, com led de 18W - 22cm. Fornecimento e instalação	Pça	62		
1.3	Sensor De Presença Movimento Teto 360° Sobrepor 110V/220V Bivolt, Fotocélula, 1000W, Plástico, Branco. Fornecimento e instalação	Pça	62		
1.4	Luminária De Emergência Com 30 Leds Recarregável, Bateria Bivolt 100,00 lm 2 W, AS1937, Plástico ABS. Dimensões aproximadas: A 5,00 mm, L 8,00 mm, C 23,00 mm, E 8,00 mm. Fornecimento e instalação.	Pça	48		

2. EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. O serviço será executado no núcleo da Fundação Parque Tecnológico de Santos, na Rua Henrique Porchat 47 – Vila Nova - Santos/SP, CEP 11.013-510, no horário das 09h00 às 17h00 horas, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, mediante agendamento prévio, ficando responsável pelo acompanhamento o Sr. José Antonio Oliveira de Rezende, Diretor Administrativo e Financeiro.

2.2. O serviço deverá ser iniciado em até 5 (cinco) dias corridos, contados da data de recebimento da ordem de serviço.

2.3. O prazo para conclusão do serviço será de até 20 (vinte) dias corridos, a contar da data do recebimento da Ordem de Serviço, que deverá ser expedida pela FPTs.

2.4. A Manutenção Corretiva tem o objetivo restabelecer o pleno funcionamento dos sistemas de iluminação das escadas, por meio de substituição de cabos, lâmpadas, luminárias e sensores de movimento com defeito, garantindo condições adequadas de segurança, conforto visual e eficiência energética, assegurando a continuidade do serviço, a redução de riscos de acidentes e o atendimento às normas técnicas e de segurança vigentes.

2.4.1. Os serviços deverão compreender:

- a) Inspeção técnica dos pontos de iluminação e sensores de movimento;
- b) Troca de luminárias com defeito
- c) Substituição de lâmpadas queimadas ou danificadas (LED ou outras especificadas);
- d) Troca de sensores de movimento com defeito, garantindo o acionamento automático adequado;
- e) Verificação de conexões elétricas, fiação e suportes das luminárias, com substituição sempre que necessário;
- f) Limpeza dos pontos de iluminação e das lentes dos sensores, quando aplicável;
- g) Testes funcionais após a execução dos serviços para assegurar o pleno funcionamento do sistema;
- h) Emissão de relatório técnico contendo os serviços realizados, materiais utilizados e eventuais recomendações.

2.5. Os materiais fornecidos devem atender às seguintes especificações mínimas:

2.5.1. Cabo Flexível 1,5 mm²

Cabo de cobre flexível com seção nominal de 1,5 mm², condutor de cobre nu eletrolítico de tempera mole e encordoamento classe 4 ou 5 conforme ABNT NBR NM 280. Isolação em PVC/A para 70°C, antichama classificação BWF-B (não propaga chama), tensão nominal 450/750 V, conforme ABNT NBR NM 247-3.

Indicado para instalações fixas internas em eletrodutos, canaletas ou bandejas, com fornecimento e instalação por eletricitista qualificado conforme NBR 5410.

Quantidade: 1.000 m

2.5.2. Luminária Plafon Circular LED 18W

Luminária tipo plafon circular de sobrepor, diâmetro 22 cm, com LEDs de 18 W, bivolt 85-265 V / 50-60 Hz, fator de potência >0,5. Ângulo de iluminação 120°, IRC >70, vida útil 20.000 h, temperatura de operação -20°C a 60°C, conforme normas ABNT NBR IEC 60598-1 e 60529 para luminárias.

Instalação em perfilados de alumínio, com fixação segura para evitar sobrecarga em fios.

Principais Características:

- Dimensões: Ø 22,5 cm x 3,7 cm; cor branca; ambiente interno.
- Potência: 18 W; temperatura de cor típica 3000 K (quente).
- Grau de proteção IP20;
- Instalação conforme NBR 5410.

Quantidade: 62

2.5.3. Sensor de Presença Teto 360°

Sensor de presença e movimento para teto, sobrepor, bivolt 110/220 V automático (100-240 V), com fotocélula, carga máxima 1000 W, plástico branco. Detecção 360° até 8 m, ângulo completo, instalação interna IP20, material ABS/PC.

Fornecimento e instalação em perfilados de alumínio, com ajustes de sensibilidade, tempo e

fotocélula.

Quantidade: 62

2.5.4. Luminária de Emergência 30 LEDs

Luminária de emergência recarregável com 30 LEDs SMD, fluxo 100 lm, consumo 2 W, bivolt 110/220 V, bateria interna (típica Li 3,7 V 1000 mAh), modelo AS1937, plástico ABS branco. Dimensões aproximadas A 50 mm x L 80 mm x C 230 mm x E 80 mm (compacta ~200x50x30 mm típica), autonomia 3-6 h, conforme NBR 10898 e AS1937 para aclaramento de emergência.

Quantidade: 48

3. PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO:

3.1. A fiscalização e gerenciamento do contrato serão exercidos pelo Diretor Administrativo e Financeiro, José Antonio Oliveira de Rezende.

4. DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO:

4.1. A Fornecedora deverá emitir Nota Fiscal / Fatura, contemplando o valor total dos serviços executados e indicando no corpo do documento fiscal, além das informações de caráter obrigatório, todos os dados de seu domicílio bancário, devendo ser indicado preferencialmente bancos públicos, especificamente o Banco do Brasil S/A e a Caixa Econômica Federal, para evitar cobrança de tarifas bancárias.

4.2. No caso de cobrança de tarifas bancárias nos pagamentos e transferências feitas para outros não mencionados no item 4.1, o valor da tarifa será retido no pagamento.

4.3. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, em até 20 (vinte) dias fora o decêndio, a contar do primeiro dia útil após o recebimento da Nota Fiscal/Fatura, com a aceitação da FPTs, que a encaminhará ao setor competente para as devidas providências.

4.4. OBS: Nota Fiscal Eletrônica: De acordo com a Portaria CAT 001/11 – D.O.E. SP 08/01/2011, as empresas situadas no estado de São Paulo deverão emitir obrigatoriamente a Nota Fiscal Eletrônica. O Decreto nº 50.437/2005 acrescentou ao art. 124 do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 45.490/2000, os incisos XXII e XXIII, na redação dada pelo Decreto nº 52.097/2007, que dispõem sobre a emissão de Documento Fiscal Eletrônico (DFE) e do Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (Danfe).

5. DA GARANTIA

5.1. Deverá ter garantia de 6 (seis) meses para os materiais e componentes elétricos aplicados, limitada a defeitos de fabricação, e garantia de 12 (doze) meses sobre os serviços executados, contados a partir da data de conclusão e aceitação dos trabalhos, abrangendo eventuais falhas decorrentes de execução inadequada ou vícios de mão de obra.

ANEXO II

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS

1. O Participante classificado em primeiro lugar deverá encaminhar a seguinte documentação:

1.1. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado em se tratando de sociedades empresariais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

1.2. Registro Comercial, no caso de empresa individual.

1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da composição da diretoria em exercício.

1.4. Prova de inscrição no CNPJ.

1.5. Prova de regularidade relativa ao FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei (Certificado do F.G.T.S.).

1.6. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal: Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e a Dívida Ativa da União ou Positiva com efeito de Negativa, emitida pela Receita Federal do Brasil em conjunto com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – Portaria Conjunta PGFN/ RFB nº 1751, de 02/10/2014, ou outro meio equivalente admitido por lei.

1.7. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da Contratada, composta de Certidão Negativa de Tributos Estaduais ou positiva com efeito de negativa, expedida pela Secretaria da Fazenda do Governo do Estado, ou outro meio equivalente admitido por lei.

1.8. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da Contratada, composta de Certidão Negativa de Tributos Mobiliários ou positiva com efeito de negativa (**em nome da Contratada**), expedida pela Secretaria de Finanças do Município, ou outro meio equivalente admitido por lei.

1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa, expedida nas páginas eletrônicas do Tribunal Superior do Trabalho (Lei Federal nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1470, de 24 de agosto de 2011).

1.10. Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da empresa ou de execução patrimonial do domicílio da pessoa física ou de firma individual, cuja data de emissão não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias da data da abertura desta licitação.

1.11. Atestado de vistoria conforme modelo constante do Anexo V ou declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por verificação de autenticidade via internet.

3. Nos documentos em que não houver prazo de validade assinalado, serão considerados válidos os emitidos até 90 (noventa) dias corridos, antes da data de abertura desta dispensa de licitação.

4. Todos os documentos deverão se reportar à sede ou à filial que participou da dispensa de licitação e que executará o contrato.

4.1. No caso de a Participante desejar que um de seus estabelecimentos, que não o participante da dispensa de licitação, execute o futuro contrato, deverão ser atendidos os seguintes requisitos:

a) que o ato constitutivo da Participante (matriz) conste expressamente a filial;

b) que a Participante informe que o objeto será executado pela filial, quando então deverá ser comprovada a regularidade fiscal de ambos os estabelecimentos, com a apresentação das certidões necessárias.

5. Somente empresas que tenham o ramo de atividade compatível com o solicitado poderão participar da dispensa de licitação, o não cumprimento acarretará na desclassificação.

6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.1. Registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, conforme Resolução nº 1.121/2019, do CONFEA, e/ou Registro no Conselho Federal dos Técnicos Industriais e/ou no Conselho Regional dos Técnicos Industriais – CFT/CRT, conforme Lei nº 5.524/1968 e Decreto nº 90.922/1985 da empresa licitante e do(s) seu(s) responsável(is) técnico(s), em vigor.

**ANEXO III
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

**ATENÇÃO: A PROPOSTA DEVERÁ SER INSERIDA NO CAMPO “ANEXOS DE PROPOSTA”
SEGUINDO O MODELO ABAIXO.**

**DISPENSA ELETRÔNICA N.º 088/2026
PROCESSO N.º 55926/2025-82
PROPOSTA COMERCIAL**

Fornecedor:
CNPJ:
Inscrição Estadual:
Endereço:
Bairro: CEP:
Cidade: Estado:
Telefone/Fax: Telefone Celular:
E-mail:
Dados Bancários: Banco xxxxx (xxx) – agência ____ nº xxx – conta corrente nº xxxx

Estamos encaminhando Proposta Comercial para esta Dispensa Eletrônica cujo objeto é contratação de empresa especializada para a execução de serviços de manutenção corretiva nos sistemas de iluminação das escadas do prédio, abrangendo a substituição de lâmpadas, luminárias e sensores de presença, bem como a verificação e correção de falhas elétricas relacionadas, contemplando o fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos e materiais necessários à plena execução dos serviços, conforme especificações do Termo de Referência (Anexo I)

LOTE 1					
ITEM	Descrição	Unid.	Qtde	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1.1		Metro	1000		
1.2		Pça	62		
1.3		Pça	62		
1.4		Pça	48		

(A descrição é fornecida pelo licitante. Deve constar marca e modelo dos materiais)

Valor total do Lote 1: R\$ (-----)

Valor total da proposta: R\$ (-----)

Validade da Proposta: 90 dias, contados da data da sessão pública da Dispensa.

Local e Data

(Assinatura do Responsável Legal/Carimbo)

ANEXO IV

- MINUTA DO CONTRATO -

CONTRATO n.º CTR-DISP-LIC/2026

Processo n.º 55926/2025-82
Dispensa de Licitação n.º 088/2026

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO
PARQUE TECNOLÓGICO DE SANTOS - FPTS E A
EMPRESA

Pelo presente instrumento, de um lado a **FUNDAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO DE SANTOS**, Fundação Pública de Direito Público, com sede à Rua Henrique Pochat, 47, Vila Nova, em Santos/SP, CEP 11.013-510, inscrita no CNPJ sob nº 15.563.047/0001-30, neste ato representada pelo seu Diretor Presidente, SR., doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e de outro a **EMPRESA.....**, com sede à Rua, inscrita no CNPJ sob nº por seu representante legal Sr., portadora da cédula de identidade RG nºxxx CPF nº xxx, residente e domiciliada à,CEP....., doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, foi dito que tendo sido aceita a proposta que apresentou, conforme especificação contida no TERMO DE REFERÊNCIA, processo nº 55926/2025-82, Dispensa de Licitação nº/2026, ora CONTRATANTE, cujo teor declara expressamente conhecer e aceitar, e sendo lhe adjudicado o respectivo objeto, veio assinar este contrato, na qualidade de CONTRATADA, concordando com os termos e condições, pelos quais as partes desde já se obrigam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção corretiva nos sistemas de iluminação das escadas do prédio, abrangendo a substituição de lâmpadas, luminárias e sensores de presença, bem como a verificação e correção de falhas elétricas relacionadas, contemplando o fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos e materiais necessários à plena execução dos serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 90 (noventa) dias, a contar da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO, DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES: Os serviços serão executados no núcleo da Fundação Parque Tecnológico de Santos, na Rua Henrique Pochat 47 – Vila Nova - Santos/SP, CEP 11.013-510, no horário das 09h00 às 17h00 horas, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, mediante agendamento prévio, ficando responsável pelo acompanhamento o Sr. José Antonio Oliveira de Rezende, Diretor Administrativo e Financeiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O serviço deverá ser iniciado em até 5 (cinco) dias corridos, contados da data de recebimento da ordem de serviço.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O prazo para conclusão do serviço será de até 20 (vinte) dias corridos, a contar da data do recebimento da Ordem de Serviço, que deverá ser expedida pela FPTS.

CLÁUSULA QUARTA -DA GARANTIA: A Contratada fica obrigada a fornecer de 6 (seis) meses para os materiais e componentes elétricos aplicados, limitada a defeitos de fabricação, e garantia de 12 (doze) meses sobre os serviços executados, contados a partir da data de conclusão e aceitação dos trabalhos, abrangendo eventuais falhas decorrentes de execução inadequada ou vícios de mão de obra.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS: Pela prestação dos serviços, conforme descrito na Cláusula Primeira, a Contratante pagará à Contratada:

ITEM	DESCRIÇÃO / Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1.1 ao 1.4		Serviço	1		

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Atribui-se ao presente Contrato o valor total de R\$ (.....)

PARÁGRAFO SEGUNDO: No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO: A fiscalização e o gerenciamento deste contrato serão exercidos pela FPTS, na pessoa do Diretor Administrativo e Financeiro, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO: A Contratada deverá emitir Nota Fiscal / Fatura, contemplando o valor total dos serviços executados e indicando no corpo do documento fiscal, além das informações de caráter obrigatório, todos os dados de seu domicílio bancário, devendo ser indicado preferencialmente bancos públicos, preferencialmente a Caixa Econômica Federal, para evitar cobrança de tarifas bancárias;

PARÁGRAFO PRIMEIRO: No caso de cobrança de tarifas bancárias nos pagamentos e transferências feitas para outras instituições bancárias o valor da tarifa será retido no pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, em até 20 (vinte) dias fora o decêndio, a contar do primeiro dia útil após o recebimento da Nota Fiscal/Fatura, com a aceitação da FPTS, que a encaminhará ao setor competente para as devidas providências. Eventuais boletos encaminhados pela Contratada serão tidos como inexistentes para todos os fins e efeitos.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Nota Fiscal Eletrônica: De acordo com a Portaria CAT 001/11 – D.O.E. SP 08/01/2011, as empresas situadas no estado de São Paulo deverão emitir obrigatoriamente a Nota Fiscal Eletrônica. O Decreto nº 50.437/2005 acrescentou ao art. 124 do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 45.490/2000, os incisos XXII e XXIII, na redação dada pelo Decreto nº 52.097/2007, que dispõem sobre a emissão de Documento Fiscal Eletrônico (DFE) e do Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (Danfe).

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da presente aquisição correrão na conta da Dotação Orçamentária n.º 34.10.00.3.3.90.39.00.19.573.0104.4520, Empenho nº ____/2026.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: A Contratada obriga-se a:

- I. Executar fielmente o ajustado, realizando os serviços de acordo com as quantidades, prazos e condições estipulados no Anexo I do Edital;
- II. Indicar formalmente e manter, durante toda a execução do contrato, profissional habilitado em Engenharia Elétrica, com registro ativo no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA/SP) e/ou Registro no Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CRT), como Responsável Técnico pela execução dos serviços. A comprovação da indicação, juntamente com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), deverá ser formalizada em até 5 (cinco) dias úteis após a emissão da Ordem de Serviços;
- III. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre o material/serviço objeto

da contratação;

- IV. Manter durante toda a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na dispensa;
- V. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Contratante;
- VI. Cumprir com a legislação vigente relativa à Segurança e Higiene do Trabalho, referente ao pessoal utilizado na execução do Contrato, especialmente quanto ao uso dos equipamentos individuais de segurança;
- VII. Fornecer toda a mão de obra, uniformes, EPI's, materiais e equipamentos necessários para a completa execução dos serviços;
- VIII. Adotar todas as precauções necessárias à prevenção de acidentes responsabilizando-se pela reparação de quaisquer danos ocasionados à CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do Contrato;
- IX. Tomar as precauções necessárias a fim de evitar quaisquer danos em equipamentos ou bens de terceiros ou acidentes que envolvam terceiros;
- X. Reparar quaisquer danos causados à Contratante ou a terceiros em decorrência da execução dos serviços contratados;
- XI. Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração penal, civil ou administrativa, praticada por seus empregados, quando da prestação dos serviços, independente de dolo ou culpa;
- XII. Zelar pela perfeita execução dos serviços, sanando quaisquer falhas eventuais, imediatamente após sua constatação;
- XIII. Manter por si, por seus prepostos e empregados, irrestrito e total sigilo sobre quaisquer dados que lhes sejam fornecidos pela CONTRATANTE;
- XIV. Segregar todos os resíduos gerados durante a execução dos serviços, tais como lâmpadas, sensores de movimento, cabos, conectores e demais componentes elétricos, destinando-os corretamente em conformidade com as normas ambientais vigentes.
- XV. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE: A Contratante obriga-se a:

- I. Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da Contratada, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos;
- II. Fiscalizar e inspecionar a entrega dos produtos, verificando o cumprimento das especificações técnicas, podendo rejeitá-los, quando este não atender ao especificado;
- III. Atestar a Nota Fiscal/ Fatura de acordo com a entrega efetuada, quando em conformidade com o Contrato, encaminhando-a ao setor competente para as providências relativas ao pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES: A inexecução total ou parcial do Contrato, assim como a execução irregular ou o atraso injustificado, sujeitará a Contratada, sem prejuízo da rescisão do Contrato, às seguintes penalidades:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. impedimento de licitar e contratar; e
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo;

PARÁGRAFO SEGUNDO: A aplicação das penalidades ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação do ato, e no caso de sanção da multa, após defesa prévia do interessado;

PARÁGRAFO TERCEIRO: No caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas “a”, “b” e “c”, do item 7.1, caberá apresentação de recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação do ato;

PARÁGRAFO QUARTO: No caso de aplicação da penalidade prevista na alínea “d” do item 7.1, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação do ato;

PARÁGRAFO QUINTO: A advertência será aplicada exclusivamente quando der causa à inexecução parcial do Contrato;

PARÁGRAFO SEXTO: A Contratada ficará sujeita às seguintes multas:

- I. 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total;
- II. 30% (trinta por cento) do valor do item não entregue, por inexecução parcial, caracterizada quando a Contratada somente entregar parte do objeto;
- III. 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso na entrega dos produtos no prazo e condições fixadas neste Edital;
- IV. 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de descumprimento de qualquer outra cláusula ou condição do Contrato, não mencionada nos incisos anteriores.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança não exime a Contratada do pagamento de indenização por perdas e danos, que eventualmente venha a causar;

PARÁGRAFO OITAVO: A multa aplicada à Contratada e os prejuízos por ela causados à FPTs, serão deduzidos de qualquer crédito a ela devido, cobrados diretamente ou judicialmente;

PARÁGRAFO NONO: A Contratada desde logo autoriza a Contratante a descontar dos valores por ele devidos o montante das multas a ela praticadas;

PARÁGRAFO DÉCIMO: O impedimento de licitar e contratar poderá ser aplicado quando:

- I. ocorrer a inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Fundação, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- II. ocorrer a inexecução total do Contrato;
- III. não for entregue a documentação exigida para o certame;
- IV. não for mantida a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- V. não for celebrado o contrato ou não for entregue a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VI. houver o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VII. não for comprovada a condição de Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) e Cooperativa de Consumo (COOP), na licitação de lotes de cotas exclusivas ou reservadas) artigo 48, incisos I e III da Lei Complementar nº 123/2006).

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A declaração de inidoneidade poderá ser aplicada pela autoridade competente deste certame, quando ocorrer:

- I. apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- II. fraude na licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;
- III. comportamento inidôneo ou cometimento de fraude de qualquer natureza;
- IV. prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- V. prática de ato lesivo previsto no art. 4º da Lei nº 12.846/2013;

CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL: Este contrato poderá ser extinto de pleno direito, unilateralmente, a juízo exclusivo do CONTRATANTE, independente de notificação judicial ou extrajudicial, conforme os artigos 137, 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO: Aplica-se à execução deste contrato e, especialmente aos casos omissos, a Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS: As partes deste instrumento deverão observar as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenham acesso,

para propósito de execução e acompanhamento deste ajuste, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos à esta avença, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO: Será competente o foro da Comarca de Santos para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, em duas vias de igual forma e teor, na presença de duas testemunhas abaixo para que produza seus devidos e legais efeitos legais.

Santos, de de 2026.

CONTRATANTE
FUNDAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO DE SANTOS
EDUARDO HOMEM DE BITTENCOURT HYPPOLITO

CONTRATANTE
FUNDAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO DE SANTOS
JOSE ANTONIO OLIVEIRA DE REZENDE

CONTRATADA
Representante Legal

Testemunhas:

Testemunha
Nome:
RG:

RG:

Testemunha:
Nome:

**ANEXO V
ATESTADO DE VISTORIA
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 88/2026
PROCESSO Nº 55926/2025-82**

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de manutenção corretiva nos sistemas de iluminação das escadas do prédio, abrangendo a substituição de lâmpadas, luminárias e sensores de presença, bem como a verificação e correção de falhas elétricas relacionadas, contemplando o fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos e materiais necessários à plena execução dos serviços.

Atesto pelo presente que o representante da empresa abaixo discriminado, compareceu nesta data no local para verificar as condições de execução dos serviços e recebeu as informações adicionais que o mesmo julgou necessárias para a elaboração da sua proposta.

Empresa: _____

Nome do Representante:

Documento de Identidade:

Santos, ____/____/2026.

Representante da FPTs